

SÍFILIS CONGÊNITA: PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO EM MINAS GERAIS E NO BRASIL DE 2020 A 2024

Rafaela Fonseca Meireles Carvalho¹, Carolina Cantoni de Almeida Barros¹, Ana Beatriz Ferreira Lanzieri¹, Patrícia Cristina Gomes Pinto²

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF¹, Professora do Departamento Materno-Infantil da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF²

INTRODUÇÃO:

A sífilis congênita (SC) ocorre pela transmissão vertical do *Treponema pallidum*, refletindo vulnerabilidades no pré-natal. O risco de óbito aponta a necessidade de análises epidemiológicas para estratégias de controle.

OBJETIVO:

Analisar o perfil epidemiológico da SC em MG e no Brasil entre 2020 e 2024, identificando especificidades regionais que subsiditem políticas públicas de fortalecimento do pré-natal e redução da transmissão vertical.

METODOLOGIA:

Estudo ecológico, descritivo e retrospectivo sobre os casos de Sífilis Congênita em Minas Gerais (MG) e no Brasil de 2020 a 2024, com base em dados disponíveis no DATASUS, extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). As variáveis analisadas foram faixa etária da mãe, escolaridade materna, realização do pré-natal, cor/raça da criança e óbitos por sífilis congênita.

RESULTADOS:

Entre 2020 e 2024, foram notificados 9.674 casos de SC em MG e 118.365 casos no Brasil. A faixa etária materna mais prevalente foi de 20 a 24 anos, correspondendo a 35,8% (3.458 casos) no estado e 34,4% (40.635 casos) no país. Quanto à escolaridade, predominou 5ª a 8ª série incompleta (10,9% em MG; 16,8% no país). A maioria das gestantes realizou pré-natal (89% em MG; 81% no Brasil). Considerando a variável raça/cor das crianças acometidas, houve predominância da raça parda, com 55% (5.372 casos) em Minas Gerais e 52% (60.740 casos) no Brasil. Foram registrados 111 óbitos em MG, representando 8% do total nacional (1.381). A Região Sudeste concentrou 41,8% dos casos nacionais (49.568).

DISCUSSÃO:

Entre os anos analisados, a SC persistiu como um problema de saúde pública, a nível nacional e estadual, atingindo significativa frequência absoluta de casos, mesmo em cenários com disponibilidade de diagnóstico e tratamento. A predominância de mães com 20 a 24 anos em ambos os cenários aponta maior vulnerabilidade de mulheres jovens, sugerindo menor estabilidade socioeconômica e acesso restrito a informações sobre saúde sexual e reprodutiva. A baixa escolaridade materna reflete barreiras no acesso e adesão ao pré-natal, reforçando o impacto dos determinantes sociais na ocorrência da doença e na longitudinalidade do cuidado. Apesar de a maioria das gestantes ter realizado pré-natal, a persistência de casos sugere falhas no atendimento obstétrico, inviabilizando a testagem e o tratamento apropriado das gestantes. O predomínio da raça/cor parda reflete o perfil demográfico brasileiro, mas também tende a estar associado a desigualdades estruturais que afetam grupos racializados no acesso à atenção em saúde.

CONCLUSÃO:

Tais achados revelam que o controle da SC ainda é um desafio no Brasil, sendo necessário o fortalecimento de ações de educação em saúde, qualificação do pré-natal, rastreamento ativo e tratamento para reduzir a transmissão vertical da SC.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Elisabeth; VALVASSORI, Pedro Miguel Diniz; MINGOTE, André Coutinho Alves; GUEDES, Ana Lúcia de Lima; NOGUEIRA, Mário Círio. *Epidemiologia da sífilis congênita no Brasil: Uma revisão sistemática. Principia: Caminhos da Iniciação Científica*, 2020.

PAIVA, Maria Rosana Ribeiro de; SILVA, Renata Carolina dos Santos; OLIVINDO, Dean Douglas Ferreira de. *Congenital syphilis in Brazil: a reality to be faced. Research, Society and Development*, v. 9, n. 10, 2020.

MESSIAS, Maria Vitória Matos; SILVA SANTOS, Walline da Costa; SANTOS, Elineuma Henrique dos; SILVA, Mirian Pereira da; OLIVEIRA DA SILVA, José Luís; MULINARI, Alexandre Souza Siqueira; GONÇALVES, Márcio Barreto. *Fatores associados à prevalência de sífilis congênita. Research, Society and Development*, v. 13, n. 5, 2024.